



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 281, DE 30 DE ABRIL DE 2025

Homologa a Resolução Consup/IFPE nº 270, de 13 de janeiro de 2025, a qual aprovou, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do IFPE, EaD.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e tendo em vista

- I - o Processo Administrativo nº 23294.013732/2024-86;
- II - a Resolução Consup/IFPE nº 270, de 13 de janeiro de 2025; e
- III - a 1ª Reunião Ordinária de 2025 do Conselho Superior do IFPE, realizada em 24 de fevereiro,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução Consup/IFPE nº 270, de 13 de janeiro de 2025, a qual aprovou, *ad referendum*, a reformulação do Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica da Educação a Distância – EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

(assinado eletronicamente)
JOSÉ CARLOS DE SÁ JUNIOR



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos de Sa Junior, Presidente(a) do Conselho Superior**, em 30/04/2025, às 19:41, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1770428** e o código CRC **6525AD1B**.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e
Tecnológica

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Recife/PE
Novembro, 2024**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário-Executivo

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Sandra Grutzmacher

Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Luciano Chagas Barbosa

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Ana Lúcia Sarmiento Henrique
Lucília Regina de Souza Machado
Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges
Elizandro Maurício Brick
Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Diego França Vieira
Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Lucas Simões Minella
Laura Alves
Leandro Peres de Oliveira
Marcelo Gules Borges
Valquíria Machado Cardoso Weiss

Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica na/no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE

Reitor

José Carlos de Sá Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Magadã Marinho Rocha Lira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Gabriela Lins Falcão

Pró-Reitora de Extensão

Laura Fabiana da Silva Caliento

Pró-Reitor de Administração

Aurino César Santiago de Souza

Pró-Reitora de Integração e Desenvolvimento Institucional

Juliana Souza de Andrade

Diretora de Gestão de Pessoas

Tâmara Lopes Barboza

Diretor de Desenvolvimento de Tecnologias

Jobson Tenório do Nascimento

Diretor de Assistência ao Estudante

Nathália da Mata Atroch

Diretor de Educação a Distância

José Severino Bento da Silva

Coordenação Geral da UAB

Aécio José Pereira

GT de Elaboração da 1ª versão do PPC - Port.Nº 26/2018(SETEC/MEC)

Maria das Graças Costa Nery da Silva (Coordenadora)

Aline Pinto Amorim (IFRJ)

Anabela Aparecida Silva Barbosa (IFRO)

Andreza Silva Cordeiro (IFPE)

Carlos Alberto dos Santos Bezerra (IFCE)

Daniella de Souza Bezerra (IFGO)

Lamara Fábila da Silva (IFPB)

Luís Otoni Meireles Ribeiro (IFSUL)

Mariana Biancucci Apolinário Barbosa (IFES)

Rute Nogueira de Moraes Bicalho (IFB)

Comissão de Elaboração do PPC Referência 2020 (SETEC/MEC)

Paulo Wollinger

Olivier Allain

Marilza Regattieri

Joelma Kremer

Crislaine Gruber

Joedna Hubner

Monica Costa Arrevabeni

Danielli Veiga

Carneiro Sondermann

Wesley Vitor da Silva

Comissão de Adequação do PPC no IFPE

Jorge Henrique Duarte

Graziella da Silva Moura

Emmanuella Silva da Costa

Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos

Assessoria Pedagógica

Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos

Revisor Textual

Adriano Ribeiro da Costa

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica – 2024.2

Aécio José Pereira

Claudia Danielle Barros Leite Salgueiro

Graziella da Silva Moura

Emmanuella Silva da Costa

Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos

Assessoria Pedagógica

Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos

Revisor Textual

Mari Tânia Sachet Soares

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	11
1.1	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	12
1.2	Referenciais políticos e legais	15
1.3	Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo.....	17
1.3.1	Quantitativo de vagas:	17
1.3.2	Forma(s) de ingresso:	17
1.4	Desligamento e reingresso no curso	17
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	19
2.1	Breve histórico da oferta do Curso	21
2.2	Breve histórico da EaD no IFPE	25
3	PARTICIPANTES	29
4	OBJETIVOS	30
4.1	Objetivo geral	30
4.2	Objetivos específicos.....	30
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	31
6	JUSTIFICATIVAS	33
7	ORGANIZAÇÃO DO CURSO	38
7.1	Princípios pedagógicos	38
7.2	Organização curricular	41
7.3	Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias.....	43
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	80
8.1	Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação	81
8.2	Orientações procedimentais	83
9	PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS	87
9.1	Orientações práticas aos docentes	88
9.2	Atendimento aos estudantes e orientação.....	89
9.3	Acompanhamento dos/as docentes.....	90
9.4	Materiais didáticos	90
9.5	Acompanhamento e avaliação da aprendizagem.....	91
9.6	Avaliação de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem ...	96
9.7	Monitoramento do Percorso dos Estudantes.....	98
9.8	Critérios de Correção das Atividades Avaliativas	98
10	INFRAESTRUTURA	99
10.1	Infraestrutura digital.....	99
10.2	Infraestrutura física - Instalações gerais e equipamentos	100
10.3	Polos EaD	100
10.4	Biblioteca.....	101
11	AVALIAÇÃO DO CURSO.....	103

12	EQUIPE RESPONSÁVEL.....	104
12.1	Coordenação Geral de Controle Acadêmico - CGCA	105
12.2	Corpo Docente	105
12.3	Coordenador de Curso	110
12.4	Formação de formadores e equipes locais.....	111
12.5	Colegiado.....	112
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXOS	117
	Anexo I – Plano de Formação	117
	Anexo II – Relatório de Formação	119
	APÊNDICE - Títulos adotados no PPC de EPT (ano de referência 2020)	121

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
QUADRO 3 - DADOS DOS POLOS EAD	14
QUADRO 4 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	42
QUADRO 5 - PAPÉIS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	104
QUADRO 6 - CORPO DOCENTE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	107
QUADRO 7 - EQUIPE DE TUTORIA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	108
QUADRO 8 - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	108
QUADRO 9 - EQUIPE DE APOIO TECNOLÓGICO E DE LOGÍSTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.	109
QUADRO 10 - DADOS DO COORDENADOR DO CURSO	110

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Sua atualização se dá em acordo com o que prevê o Edital Capes nº 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito desse edital, o curso contará com 200(duzentas) vagas distribuídas em 7(sete) polos EaD, com previsão de início a partir de novembro de 2024.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o [Decreto nº 8.752/2016](#), que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014-2024](#). Além disso, a oferta do curso responde ao que estabelece a [Resolução CNE/CEB nº 6/2012](#), que assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* de caráter pedagógico.

1.1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro 1 - Identificação da Instituição

Razão Social:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
CNPJ:	10.767.239/0001-45
Nome Fantasia:	IFPE
Campus:	Diretoria de Educação a Distância
Natureza Jurídica:	Autarquia
Esfera Administrativa:	Pública Federal
Endereço:	Praça Ministro João Gonçalves, S/N. Edif. Sudene-Anexo - Engenho do Meio
Cidade/UF/CEP:	Recife/ PE, CEP 50670-500
Telefone:	(81) 3878-2165
E-mail de contato:	gabinete@ead.ifpe.edu.br
Site da unidade:	http://www.ifpe.edu.br/campus/ead
Código da IES no INEP:	1809
Representante legal:	José Carlos de Sá Júnior
Resolução de aprovação:	

Quadro 2 - Identificação do Curso

1	Denominação	Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica
2	Área de Conhecimento (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)	7.08.00.00-6 – Educação
3	Subárea (de acordo com a classificação da CAPES/ CNPq)	7.08.07.07-8 Ensino Profissionalizante
4	Nível	Pós-Graduação lato sensu
5	Título a ser conferido	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica
6	Modalidade	A distância
7	Duração da hora aula	60 min
8	Carga Horária dos Componentes Curriculares	300h
9	Carga Horária do TCC	60h
10	Carga horária total do Curso	360h
11	Período de Integralização	18 meses
12	Período de Integralização Máximo	36 meses
13	Forma de acesso	Processo seletivo via edital específico
14	Pré-requisito para ingresso	Graduação
15	Número de vagas por oferta	200
16	Regime de matrícula	Matrícula única
17	Início do curso/ Matriz Curricular	2024.2
18	Polos oferta 2022.2	Águas Belas; Arcoverde; Carpina; Gravatá; Jaboatão dos Guararapes. Pesqueira; Santa Cruz do Capibaribe
19	Reestruturação do curso/ Matriz curricular alterada	2022.2
20	Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.
21	Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes
22	Público-alvo	Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou

		pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.
23	Início da oferta	Novembro de 2024

Quadro 3 - Dados dos Polos EaD

ÁGUAS BELAS	
<p>EREM Coronel Nicolau Siqueira Escola De Referencia Em Ensino Medio Coronel Nicolau Siqueira - R. da Alegria, 60 - Centro, Águas Belas - PE, 55340-000 polo.aguas.belas@ead.ifpe.edu.br 87-991437799 Ana Esmeralda Espinhara Wanderley anaesmeralda_espinhara@hotmail.com 87-991437799</p>	
ARCOVERDE	
<p>AESA - Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde Av. Gumercingo Cavalcante, 420 - São Cristóvão, Arcoverde-PE, CEP: 56512-200 polo.arcoverde@ead.ifpe.edu.br 87 38226626 Maria Luciana Alves da Silva lucianamariadasilvaalves@gmail.com 82 - 996292642</p>	
CARPINA	
<p>Escola José de Lima Júnior Av. Agamenon Magalhães, s/n, São José, Carpina - PE CEP: 55.815-060 polo.carpina@ead.ifpe.edu.br (81) 3622-8944 Manoel Terêncio dos Santos coordenadorpolocarpina@gmail.com 81 - 997683978</p>	
GRAVATÁ	
<p>Escola Devaldo Borges Avenida Joaquim Didier, 153, Cruzeiro, CEP: 55.644-190 polo.gravata@ead.ifpe.edu.br (81) 996845007 Dayvesson Deleaon B. da Silva ddayvesson@gmail.com 81-996845007</p>	
JABOATÃO DOS GUARARAPES	

Escola Aderbal Jurema

Rua Quatro, Curado IV - Jaboatao dos Guararapes

polouabjaboatao@gmail.com

81-999490059

Meydson Gutemberg de Souza

meydsonbiologia@yahoo.com.br

81-988673367

PESQUEIRA**Polo de Apoio Presencial do Sistema UAB – Monsenhor Fausto Serafim de Souza Ferraz.**

Rua Anísio Galvão, nº 36, Centro, Pesqueira – PE. CEP: 55200-000

polo.pesqueira@ead.ifpe.edu.br

87. 99185-3232 / 99156-0477 / 99662-9612

Águeda Rosane Mascarenhas do Rêgo Barros

agueda.barros2019@gmail.com

87.99185-3232 (Águeda)/ 87 99156-0477 (Abigail)/ 87. 99662-9612 (Luedna)

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE**Escola Padre Zuzinha**

Av. 29 de Dezembro, 258, Centro, Santa Cruz do Capibaribe - PE - CEP

55.190-000

polo.santa.cruz.capibaribe@ead.ifpe.edu.br

(81) 3759-8221

José Wantuir Queiroz de Almeida

polo.uab.scc@gmail.com

83 - 999888361

1.2 Referenciais políticos e legais

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a [Portaria nº 102/2019](#), que regulamentou a [Portaria nº 183/2016](#); a [Instrução Normativa nº 2/2017](#); dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases

da educação nacional.

- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- [Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012](#), Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.
- [Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

- [Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021](#), que aprova o novo Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE e revoga a Resolução Consup/IFPE nº 090/2013.
- [Resolução CONSUP nº 237 de 8 de abril de 2024](#), que aprova a alteração da Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021, a qual aprovou o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE.

1.3 Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital Capes nº 25/2023.

O ingresso de candidatos/as deve considerar as normas internas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC. Importante destacar que os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino está vinculada.

1.3.1 Quantitativo de vagas: **200** (duzentas)

1.3.2 Forma(s) de ingresso: **processo seletivo interno, por meio de edital público elaborado por uma comissão designada para esta finalidade.**

1.4 Desligamento e reingresso no curso

De acordo com o art. 29 da Resolução CONSUP nº 67/2021, o/a estudante desvinculado/a do curso de pós-graduação lato sensu do IFPE por abandono poderá requerer reintegração à Direção-Geral do respectivo campus ou da Diretoria de Educação a Distância, conforme o caso, desde que a conclusão do curso não ultrapasse o período máximo de integralização, contado a partir do primeiro período letivo. A reintegração estará condicionada, ainda, à existência de vagas.

O requerimento de reintegração do/a estudante desvinculado/a por abandono de curso, acompanhado do seu histórico, deverá ser avaliado previamente pela Assessoria Pedagógica, para emissão de parecer pedagógico, e pelo setor de Registro Acadêmico, para emissão de parecer técnico, encaminhando-se o processo, em seguida, para apreciação do Colegiado de Curso e posterior consentimento da Direção-Geral do campus ou da DEaD, conforme o caso.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. As atividades da CAPES integram atualmente a indução e o fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância, além da avaliação da pós-graduação stricto sensu, do acesso e divulgação da produção científica, dos investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior e da promoção da cooperação científica internacional.

A integração do fomento à formação inicial e continuada de professores da educação básica ocorreu com a aprovação no Congresso Nacional da Lei nº 11.502/2007, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Criou-se assim a Nova CAPES, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Tal atribuição é consolidada pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

A CAPES assume então as disposições do decreto, por meio da criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED). As ações coordenadas pela agência culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009. Com o Plano, mais de 330.000 professores das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) puderam iniciar cursos gratuitos de licenciatura. Com menos de dois anos da mudança em sua estrutura, a CAPES passa a desenvolver diversas ações de acordo com a nova missão. São implementados uma série de programas que visam contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica e estimular experiências inovadoras e o uso de recursos e tecnologias de

comunicação e informação nas modalidades de educação presencial e a distância.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído pelo Decreto nº 5.800, em 08 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Trata-se de um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos superiores por meio da educação a distância (EaD), prioritariamente, para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, assim como, dirigentes, gestores e trabalhadores em educação dos estados, municípios e do Distrito Federal. Atualmente, o Sistema UAB conta com 109 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), ofertando 800 cursos em 771 polos.

Assim, o Sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

Partindo dessa perspectiva, o objeto desta proposta de desenvolvimento do Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica surgiu em convergência com a proposta de implementação do projeto para formação de professores para as ofertas de Educação Profissional nas redes estaduais de educação oferecida pelo DocentEPT, cujo financiamento está a cargo da Setec-MEC e atua na modalidade a distância, em todo o território nacional, em polos de apoio presencial. Isto posto, baseado em tal proposta, reestruturamos o referido PPC no IFPE, segundo recomendação da Capes mediante orientações para funcionamento pelo sistema UAB.

2.1 Breve histórico da oferta do Curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente. O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os termos do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido. Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas a oferta de um curso em nível de especialização (Lato Sensu), voltado para a formação em docência para professores da Educação Profissional e Tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução

CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico. Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender à crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da Educação Profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores. Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área. Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuíssem para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo. Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade. Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate

pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional. A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018. A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores. Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das 8 Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso. Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de

Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didático-pedagógicos do referido curso. Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo eles: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR. O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem. O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição. A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras. Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a ofertado Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Para a sua

consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022, conforme Anexo I. O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT, aqui apresentado, tem a intenção de subsidiar as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB/Capes na elaboração de seus projetos, já que deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 9/2022. Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

2.2 Breve histórico da EaD no IFPE

O histórico do IFPE na Educação Profissional começa em 16 de fevereiro de 1910, com o início das atividades da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, em atendimento ao Decreto nº 7.566, do presidente Nilo Peçanha, que criou em cada uma das capitais dos estados do Brasil escolas destinadas a ministrar o ensino profissional primário e gratuito, formando operários e contramestres.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram reformuladas em 1918, mediante o Decreto nº 13.064, de 12 de junho, conservando, contudo, o seu caráter de instituição destinada a meninos pobres e apresentando poucas modificações em

relação ao projeto original. Em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices, pela Lei n. 378, de 13 de janeiro, passaram a ser denominadas Liceus Industriais.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942) veio para modificar completamente as antigas Escolas de Aprendizes Artífices, que passaram a oferecer ensino médio e, aos poucos, foram se configurando como instituições abertas a todas as classes sociais. A partir de 1942, o ensino industrial, abrangendo os ciclos básico e técnico, foi ampliado, passando a ser reconhecido como uma necessidade imprescindível para o próprio desenvolvimento do país.

Em 1959, a Lei n. 3.552 ofereceu estruturas mais amplas ao ensino industrial, sinalizando para uma política de valorização desse tipo de ensino. Nessa direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e, na sequência, a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, ao focalizar a expansão e melhoria do ensino, também contribuíram para a reformulação do ensino industrial.

Durante esse longo período, a Escola de Ensino Industrial do Recife, com as denominações sucessivas de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE), serviu à região e ao país, procurando ampliar sua missão de centro de educação profissional.

Uma nova mudança de endereço aconteceu em 17 de janeiro de 1983, quando a ETFPE passou a funcionar na Avenida Professor Luís de Barros Freire, 500, no bairro do Curado, em instalações modernas, projetadas e construídas com o esforço conjunto de seus servidores e estudantes. Nessa sede, hoje, funcionam o Campus Recife e a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Em 1999, por meio do Decreto s/n de 18 de janeiro de 1999, a ETFPE foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET- PE), ampliando seu portfólio de cursos e passando também a atuar na educação superior, com cursos de formação de tecnólogos. É nesse quadro contínuo de mudanças e transformações, fruto, portanto, de um processo histórico, que se encontra inserido o CEFET-PE, cujo futuro sempre foi determinado, em grande parte, pelos desígnios dos sistemas político e produtivo

do Brasil.

A partir de 1992, o CEFET-PE expandiu seu raio de atuação com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs). A Portaria Ministerial nº 1.533/92, de 19 de outubro de 1992, criou a UNED Pesqueira, no Agreste Central, e a Portaria Ministerial nº 851, de 3 de setembro de 2007, criou a UNED Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, fronteira com a região da Mata Sul do Estado.

Finalmente, com a publicação da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir daí, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE passou a ser constituído por um total de nove campi, a saber: os campi de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs); os campi Ipojuca e Pesqueira (antigas UNEDs do CEFET-PE); o Campus Recife (antiga sede do CEFET-PE); além dos campi Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, que se encontram em funcionamento desde 2010.

Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais de Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão passaram a constituir o IFPE. Em 2010 na segunda fase da expansão do IFPE, foram criados e inauguradas as sedes dos campi Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns. Em 2014, houve a 3ª fase da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Com isso, o IFPE ganhou mais sete unidades nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, consolidando a presença do IFPE na Região Metropolitana do Recife.

O IFPE, tendo como referência a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), que enuncia em seu art. 80 a inclusão da EaD, regulamentada pelo Decreto nº 9.057, de 26 de maio de 2017, propõe-se a oferecer cursos a distância, visando, inicialmente, atender a uma demanda reprimida e crescente que não tem acesso a cursos presenciais pelos motivos clássicos: estudantes que não puderam ter acesso ao ensino; instituições de educação em quantidade insuficiente para atendimento da demanda; estudantes que têm de conciliar trabalho e estudo; questões relativas às dificuldades de deslocamento (acessibilidade); tempo; dentre outras razões que justificam a

implementação de cursos na modalidade a distância.

A expansão do IFPE impõe a necessidade de uma reconfiguração político-institucional para fazer face às demandas postas pelas mudanças nas relações do mundo do trabalho e na vida social. A exemplo disso, destaca-se a educação a distância do IFPE, que alcança, atualmente, dois estados da região Nordeste: Pernambuco e Alagoas. Os polos se situam em: Águas Belas, Arcoverde, Carpina, Gravatá, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Palmares, Pesqueira, Santa Cruz do Capibaribe, Sertânia e Surubim, em Pernambuco, e Santana do Ipanema, em Alagoas, e pelo Sistema UAB. O polo Recife, localizado na sede da Diretoria de Educação a Distância - DEaD, atende exclusivamente o curso técnico subsequente em Manutenção e Suporte em Informática – MSI (oferta própria).

A DEaD oferta cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu na modalidade a distância desde 2007, e a partir de 2009 passou a ofertar também cursos de nível médio, técnico subsequente por meio da Rede e-Tec Brasil, posteriormente PRONATEC e Programa Novos Caminhos. Na ocasião foram ofertados cursos do Programa Pró-funcionário, além dos cursos de Informática para Internet, Sistemas de Energia Renovável, Mecânica Automotiva e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Os cursos atualmente ofertados na DEaD, quais sejam: Graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Matemática e Geografia; assim como os cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em Ensino de Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental – Ciências é 10-C10, estão distribuídos nos 12(doze) polos EaD referidos anteriormente.

A EaD do IFPE é dotada de modernas tecnologias, ocupando-se da produção e adaptação de materiais didáticos, nas mais variadas mídias, e capacitação de educadores e profissionais da região. Desse modo, a Instituição reúne as condições necessárias, em termos de qualificação de seus profissionais, bem como de estrutura física e tecnológica que a credenciam à oferta de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

O IFPE tem como visão ser reconhecido como uma instituição comprometida com uma prática cidadã e inclusiva na formação humana, promotora de transformação social e alinhada, até 2026, com o desenvolvimento

institucional e com os seus valores de Inclusão, Integridade, Gestão Democrática, Governança Pública e Sustentabilidade, assumidos como um compromisso do IFPE com a comunidade acadêmica e a sociedade. (IFPE / PDI (2022- 2026), 2022, p. 17). Observadas as finalidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFPE atua na oferta de educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrado e subsequente, e na modalidade Proeja; e educação superior, com cursos de licenciatura, bacharelados e tecnólogos, cursos de pós-graduação lato sensu e curso de pós-graduação stricto sensu.

3 PARTICIPANTES

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

As vagas remanescentes poderão ser destinadas aos gestores e demais profissionais da educação básica. Em caso de não preenchimento das vagas, demais públicos poderão ocupar as vagas, desde que 50% das vagas sejam de professores e demais profissionais da educação básica, conforme Edital CAPES nº 25/2023.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Promover a formação continuada em docência na Educação Profissional e Tecnológica de profissionais graduados em diferentes áreas do conhecimento, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas e articulada a propostas criativas de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

4.2 Objetivos específicos

1. Possibilitar a análise e a confrontação de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas com relação à função social da Educação Profissional e Tecnológica.
2. Promover o compartilhamento de experiências, tecnologias educacionais e conhecimentos desenvolvidos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.
3. Oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.
4. Subsidiar os discentes no desenvolvimento de produtos educacionais destinados a fortalecer a atividade docente emancipatória na Educação Profissional e Tecnológica.
5. Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Independentemente do curso de graduação de origem, o discente, ao concluir este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, deverá estar em condições de:

- dialogar sobre assuntos relacionados à docência na Educação Profissional e Tecnológica, em particular na perspectiva do ensino integrado;
- participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta de EPT;
- contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas de EPT;
- contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de trabalho e formação;
- promover a criatividade e os aprendizados tecnológicos destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade dos/as egressos/as da EPT de intervir na realidade em que vivem;
- participar das chamadas “comunidades ampliadas de saberes”, estruturas em que ocorrem diálogos de diversas naturezas, no intuito de torná-las comprometidas com a valorização do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras e com o enriquecimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da EPT;
- participar das iniciativas de articulação da EPT com as políticas setoriais públicas;
- propor inovações curriculares tomando como temas transversais e de contextualização a pauta do desenvolvimento integrado, sustentável e

solidário, os elementos da realidade do entorno escolar e os saberes do trabalho;

- desenvolver materiais e instrumentos pedagógicos que possibilitem aos/às discentes compreenderem de forma crítica a realidade que os/as cerca e nela intervir para concretizar as estratégias de emancipação social;
- participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da EPT;
- alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre EPT com relevância para a implementação das políticas voltadas a essa modalidade educacional;
- contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de EPT.

6 JUSTIFICATIVAS

A nível nacional, são diversas as razões pelas quais se justifica a oferta de um Curso de Pós-Graduação *lato sensu* dedicado à formação continuada em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Devem-se considerar as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, sua condição de modalidade de educação escolar com características próprias, constituídas por processos previamente planejados destinados a desenvolver capacidades de trabalho e a favorecer a produção de bens e serviços.

De modo geral, as capacidades humanas de trabalho são formadas no contexto das relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Essa modalidade educacional se torna específica quando esses processos são intencionalmente pensados e materializados visando ao desenvolvimento dessas capacidades.

Essas práticas intencionalmente pensadas para o desenvolvimento de capacidades de trabalho têm história, instituições próprias, finalidades particulares de acordo com as premissas que seus formuladores assumem, público diferenciado, estratégias variadas e diversas formas de serem avaliadas.

Por isso, é necessária uma formação desse tipo, proposta por este projeto pedagógico, para que os profissionais das práticas educativas da Educação Profissional e Tecnológica possam reconhecer essas especificidades visando a um planejamento coerente e a proveitos efetivos.

A docência na Educação Profissional e Tecnológica compreende a articulação dos saberes específicos de cada eixo tecnológico e, caso contenham, suas áreas tecnológicas, com saberes didáticos, amalgamados por uma atitude crítico-reflexiva e orientados por uma finalidade de transformação da condição humana.

Alguns dilemas característicos do exercício da docência nessa modalidade educacional são premissas para um curso dessa natureza. Em primeiro lugar, ser evidência de uma política educacional efetivamente interessada na valorização

do magistério e dos/as professores/as, considerando, sobretudo, a diversidade da formação inicial daqueles/as já atuantes nessa modalidade educacional ou motivados/as em fazê-lo.

Nesse contingente, há graduados e graduadas provindos/as de cursos superiores de tecnologia e de bacharelados sem nenhuma ou com pouca formação pedagógica. Há também egressos/as de cursos de licenciaturas que, a despeito da formação destinada à docência, não tiveram oportunidade de conhecer, minimamente, o campo da Educação Profissional e Tecnológica, suas questões políticas e do ensinar e do aprender.

Não faltam aqueles/as que, por diversos motivos, encontram-se nessa docência apenas por razões extrínsecas a ela, como, por exemplo, a oportunidade de auferir ganhos salariais complementares aos obtidos em atividade profissional que consideram como a principal, chegando até uns e outros a não se identificar como professores.

Há outros/as que, ocupados/as em outras atividades, se sentem mais implicados/as no trabalho docente, mas nele veem apenas algo como um prolongamento das atividades que realizam nessas outras esferas, convencidos/as de que a Educação Profissional e Tecnológica tem por função precípua ser um braço das empresas e do chamado setor produtivo.

Assim, pode-se dizer que a discussão sobre o trabalho e o papel do/a professor/a na Educação Profissional e Tecnológica se coloca como de grande seriedade e importância, e, nesses termos, como a justificativa primordial para a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* em docência nessa modalidade educacional. Ressalte-se, também, como motivo fundamental para tanto, o grande interesse em cursá-lo por muitos/as nela já atuantes ou com vistas a fazê-lo.

Tal propósito concerne, sobretudo, a oferecer contribuições relevantes para a aquisição ou para o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e à melhor estruturação da atividade docente, condições fundamentais à efetivação da Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a produção de novos

conhecimentos e com o aprimoramento das relações da escola com a sociedade.

Isso porque se entende ser fundamental o investimento do/a docente da Educação Profissional e Tecnológica em seu desenvolvimento profissional, na sua permanente atualização em conhecimentos pedagógicos, sem se descuidar, naturalmente, dos concernentes à sua requalificação no campo da sua formação específica e de base.

Da mesma forma, concorrem para seu desenvolvimento profissional seu engajamento e participação no trabalho coletivo escolar e nos debates sobre os mundos do trabalho, a dinâmica tecnológica, as políticas educacionais e as articulações da Educação Profissional e Tecnológica com a ciência, a cultura e os movimentos sociais.

Nesse sentido, torna-se indispensável, aos professores e às professoras da Educação Profissional e Tecnológica ou aos/às que querem vir a sê-lo, conhecer como essa modalidade educacional vem se desenvolvendo no Brasil. Para tanto, é preciso que se inteirem das suas contradições e das disputas políticas, teóricas e ideológicas que historicamente a perpassam, das suas especificidades com respeito à docência e suas bases conceituais comprometidas com a perspectiva emancipatória.

Mesmo que de forma amostral, é fundamental que conheçam experiências concretas de práticas educativas nesse campo. Por exemplo, as que tenham propósito integrador da relação teoria e prática ou de conteúdos gerais e específicos, de inclusão social e cultural e de promoção da sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos.

De modo premente, também é fundamental que saibam ou se preparem para enfrentar os fenômenos da evasão e do abandono discentes na Educação Profissional e Tecnológica. Isso significa apoderar-se de estratégias de promoção da permanência e do êxito acadêmico dos/as estudantes, de articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, da práxis ou do processo dialético da ação-reflexão-ação.

Nesses termos, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica encontra suas justificativas maiores na

formação de educadores e de educadoras socialmente sensíveis, éticos/as, criativos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social dessa modalidade educacional, requisitos que influenciam diretamente as práticas pedagógicas nela desenvolvidas e os resultados que se espera obter com a aprendizagem dos/as discentes da EPT.

Portanto, se propõe, neste projeto pedagógico, um curso que não se define pela finalidade da docência restrita a formar meros executores de tarefas exigidas pelo mercado, mas que revele a importância social e educacional das políticas, dos programas e dos projetos de educação profissional e tecnológica emancipatória e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Propõe-se um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade; que se comprometa com a qualificação da força de trabalho brasileira e, portanto, com o enfrentamento à histórica dualidade da educação nacional revelada no campo da educação profissional, na oferta de cursos instrumentais e apartados de seus fundamentos científico-tecnológicos.

Tal perspectiva requer a busca pela integração entre as capacidades de pensar e de produzir e, portanto, de tomar o ensino integrado como referência. Enquanto conteúdo, o ensino integrado deve ter o sentido “de completude, de compreensão das partes no seu todo” (Ciavatta, 2005, p. 84), podendo, por isso, ser entendido como uma concepção de formação que pressupõe o desenvolvimento amplo e articulado das capacidades humanas nas suas dimensões intelectuais e operacionais, inseridas em um contexto histórico marcado por profundas contradições sociais.

Dessa maneira, a motivação para essa oferta de formação político-pedagógica se respalda no entendimento de que ela pressupõe ir além da capacitação em técnicas didáticas visando à transmissão de conteúdos. Requer, mais do que isso, o incentivo ao diálogo com a educação geral, com o mundo do trabalho, com práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais.

Tais direcionamentos são necessários para que, de fato, o trabalho se

materialize como princípio educativo, de forma a concorrer não somente para a emancipação do/a educando/a como também à concernente ao/à educador/a. É para isso que esse curso de pós-graduação *lato sensu*, sob a regência desse princípio, precisa promover fortes articulações entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho e sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica se dedica a formar trabalhadores. Deve-se registrar a importância estratégica que tem a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento do país, para a produção de riquezas propiciadoras da satisfação das necessidades humanas, materiais e imateriais, e para o fortalecimento de um projeto de nação democrática e soberana.

Sem a força de trabalho qualificada, promovida e desenvolvida em suas capacidades instrumentais e ético-políticas, tem-se não apenas trabalhadores potencialmente menos produtivos, mas também cidadãos sem a consciência de sê-lo.

É a qualidade dessa formação que está em jogo quando se tem em tela o nível e o valor do trabalho docente, de professores e professoras, também eles/as trabalhadores e trabalhadoras, componentes imprescindíveis a todo e qualquer processo de produção, inclusive quando essa se trata de produzir seres humanos emancipados.

7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

7.1 Princípios pedagógicos

A premissa fundamental deste projeto político-pedagógico é a centralidade da docência na Educação Profissional e Tecnológica, independentemente das diferentes formas e dos conteúdos curriculares que lhes dão especificidades. Ganha relevância, portanto, neste curso de formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica, a atuação dos professores e das professoras formadores/as, orientadores/as ou tutores/as, como primordiais para a condução com sucesso do processo de ensino-aprendizagem desencadeado.

Para tanto, é preciso que recebam formação adequada e continuada para que possam proporcionar aos/às discentes ricas oportunidades de apropriação daqueles conhecimentos e experiências historicamente produzidos, que, de fato, sejam de grande relevância social e educacional.

Outra premissa fundante é a importância de se considerarem as origens dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação que atuam no curso. Criaram-se, viveram e se encontram em espaços sociais, definidos e concretos. Possuem historicidade, contexto e heranças socioculturais. São sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Além disso, este projeto pedagógico tem como ponto de partida a prática social, a sociedade atual com suas discrepâncias e desigualdades, seus antagonismos e lutas de classe e que tem o trabalho como atividade humana central e princípio ontológico do ser social, de cuja objetivação surgem os produtos necessários à reprodução humana, todos de caráter sócio-histórico,

inclusive a cultura, a ciência e a tecnologia. Por isso, toma esse princípio como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral.

A Educação Profissional e Tecnológica como componente dessa prática social reflete condutas e significados que precisam ser problematizados. Logo, cabe aos professores e às professoras formadores/as estimular o exercício da análise crítica e convidar os/as discentes a desmistificar preceitos e modos de agir; a identificar problemas e desafios. Cabe-lhes incentivar a reflexão crítica, considerando contextos, sobre quem são os beneficiados e os prejudicados por determinadas decisões e medidas, por quais motivos algo se tornou um problema e quais os alcances e os limites das respostas com vistas a solucioná-lo.

Os professores e as professoras da Educação Profissional e Tecnológica realizam a problematização com seus/suas estudantes quando os/as estimulam a retirar da prática social ou da realidade em que vivem problemas que tenham relevância social e relações com aqueles que se manifestam na formação humana em suas diferentes fases etárias e contextos culturais.

Mas cabe aos/às docentes ir além da problematização, por meio da oferta dos instrumentos para que os alunos e alunas deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica possam identificar e penetrar, com toda a radicalidade possível, na realidade em que vivem e atuam, nas questões científicas e tecnológicas relevantes, que afetam a sociedade, o trabalho humano e a educação brasileira.

Trata-se de fornecer-lhes meios para que os/as docentes que atuam na EPT possam se apropriar de conhecimentos e de abordagens fundamentais ao relacionamento do particular e do universal, da estrutura e da conjuntura, da parte e do todo como elementos da totalidade histórica. Enfim, que possam se apropriar de instrumentos que lhes possibilitem adotar um posicionamento crítico em relação aos problemas identificados, o que significa realizar contrapontos com respeito às concepções de educação profissional e tecnológica provenientes do pragmatismo, do idealismo e do senso comum.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua, sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

A perspectiva dicotômica conduz a uma prática educativa acrítica, na qual o/a docente, baseando-se em prescrições e em normas pré-estabelecidas, sob uma falsa aparência de neutralidade, realiza ações mecânicas e burocratizadas de reprodução de métodos e de técnicas de ensino.

A premissa da unidade indissolúvel entre teoria e prática favorece a constituição de práticas pedagógicas crítico-reflexivas, pois o/a professor/a pode orientar as suas atividades pelas teorias estudadas e, em um movimento dialético, problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

Nessa perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do/a educador/a da EPT.

Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e esta como originária das exigências e dos problemas da realidade. É nessa perspectiva que se pretende, inclusive, que o TCC seja desenvolvido pelo/as cursistas.

7.2 Organização curricular

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação *lato sensu* serão oferecidos também na modalidade a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

A Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, disponibilizará um cronograma nacional para a oferta dos três cursos iniciais no âmbito da Política de Formação de Profissionais para a EPT, nele constando um roteiro de implementação destinado a todas as instituições ofertantes do curso, ajustável de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

Conforme apresentado no Quadro 3, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) disciplinas, doravante denominadas unidades temáticas, além de 03 (três) momentos de TCC.

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, será apresentado ao/a estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

Quadro 4 - Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS - UT	CARGA HORÁRIA (h)
MÓDULO 1 (105h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (90h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	30
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	30
	TCC 1º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso I	15
MÓDULO 2 (135h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	A docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras	30
		Práticas educativas integradoras na EPT: teorias e didáticas	30
		Práticas educativas inclusivas na EPT: teorias e didáticas	30
		Práticas educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 2º Momento (15h)	Trabalho de Conclusão de Curso II	15
MÓDULO 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90h)	Práticas educativas para a permanência e êxito discente na EPT: teorias e didáticas	30
		A pesquisa e a extensão no trabalho pedagógico da EPT: teorias e didáticas	30
		Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas	30
	TCC 3º Momento (30h)	Trabalho de Conclusão de Curso III	30
Carga horária total do curso			360

O TCC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu

percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da docência na EPT.

A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- **Primeiro momento - TCC I** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- **Segundo momento - TCC II** (15h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- **Terceiro momento - TCC III** (30h): elaboração final do Relatório de Formação (TCC).

7.3 Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias

A seguir, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática do curso.

Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura

digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital:** novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias|Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias|Congresso de Ensino Superior a Distância|Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, pessoas com deficiência, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em:

<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p.93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres.

Revista Holos, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v.36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em:

<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012.

Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em:

<https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação

profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em:

<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33-49, 2016. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. *In: EMdiálogoamazônia: Ensino Médio em foco*. Disponível em:

<http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>.

Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em:

[https://www.revista.ufrn.br/index.php/humanidades/article/view/12345](#). Acesso em: 21 jan. 2024.

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A "cultura extrema" enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_Itsilvaposella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte I**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte II**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26 jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p.234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v.2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>.

Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223-237, jul./dez. 2015. Disponível em:

<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>.

Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. In: BOTO, Carlota. **Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados** [online]. Uberlândia: EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp. 141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YIgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras

Carga Horária: 30h

Objetivo: Aprofundar, em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, a temática do trabalho, da formação e da profissionalização docente na EPT.

Ementa: A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT. Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.

Bibliografia básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51–61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8973>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38-57, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/78>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e6136, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6136>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8-22, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwbydBPtjC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23-38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de Professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47-64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9680>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. O desafio da formação do educador na perspectiva do marxismo. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p. 58-73, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639895/7458>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. *In*: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212495/mod_resource/content/1/Texto%203%20Saviani%20Os%20saberes%20implicados%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20educador.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n37/v12n37a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LOPES, Fátima Maria Nobre. Perspectivas para a formação didático pedagógica de bacharéis e tecnólogos. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714552.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. O professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 66-74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e73172, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente** – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79-94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da educação profissional e tecnológica: implicações para a prática docente. **Linhas Críticas**, v. 22, n. 49, set-dez.

2016, p. 598-618. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/1935/193551294006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Rebeca Araújo da; CAMPOS, Alessandra Tomé Campos; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; LEAL, Davi Avelino; AZEVEDO, Rosa Oliveira Martins. Os saberes docentes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica. **Educitec** - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em:
<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A Relação Professor-aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97-114, jan. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 1, n. 16, p. e7506, 2019. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 621-638, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 243-258, 2018. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3160>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

URNAUER, Simone; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho e Educação:** uma proposta de formação docente. Disponível em:
<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432148>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Integradoras na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir questões conceituais e de implementação da proposta de ensino integrado a partir de experiências práticas e de contribuições de pesquisadores que focalizam essa temática na EPT.

Ementa: Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n.38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRAGA, Ialê Falleiros; LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Uma experiência pedagógica no ensino médio integrado: pesquisando os agentes comunitários de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1715>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível

em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Revista Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 121-135, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria Raiol da. Lições da experimentação do ensino médio integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115-130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9610>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-22, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8672php/trabedu/article/view/8672>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASTRO, Angeline Santos; DUARTE NETO, José Henrique. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educ Pesqui** [Internet]. 2019; 45:e188483. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GONÇALVES, Lúcia Xavier; MOURA, Dante Henrique; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Currículo integrado na Educação Profissional.

Revista Faculdade Famen - Reffen, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 130-141, 2023.

Disponível em:

<https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/85>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet]. 36(99), p. 207–21, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QpfvxFsPJgZ93xKngG9MPHv/?lang=pt>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, Jaciária de Medeiros; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 111–124, 2017. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

PARASKEVA, João Menelau; GARDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2,

p. 5-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://jurjotorres.com/?p=4138>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta.; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, [s. l.], v. 34, n. 109, p. 104-120, 2019. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Joaracy Lima de Paula; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Educação ambiental na educação profissional: caminhando em direção à formação humana integral. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s. l.],

v. 2, n. 5, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/844>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

SILVA, Luzinete Moreira da; MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de Melo; NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino Médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 8, out. 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

AGNOLIN, Sandra Lúgia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado:** um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

LOPES FILHO, Evandro José Branches; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Potencializando o ensino médio integrado:** um catálogo de produtos educacionais do ProfEPT. Manaus, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642665>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Inclusivas na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Estimular debates sobre como as diversidades se apresentam no mundo do trabalho, nas relações sociais e na Educação Profissional e Tecnológica considerando as possibilidades de superação das práticas excludentes, discriminatórias e racistas.

Ementa: A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2013.

Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p.46–53, 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2868>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GONÇALVES, Suênia Cavalcante Pereira; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Um estado do conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir do NAPNE/IFRN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. e15579, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15579>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, n.1, p. 7–21, 2020. Disponível em:

<https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017. Disponível em:

<https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/7676/4796>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAIXÃO, Márcia Valéria; MOREIRA, Ruth Mari; FRANDJI, Wellington dos Santos. A educação profissional e tecnológica como um dos alicerces para a garantia dos direitos humanos: um resgate histórico nessa relação. **Revista SCIAS**. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2022. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducao/article/view/7113/4401>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Degmar dos; HERINGER, Nídia; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Mario Rodrigues da. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As** (ABPN), v.7, n.17, p. 102–121, 2015. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/74>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100094&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANA, Priscila Ribeiro; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. **Revista Ciências Humanas**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/993>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e267799, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.267799>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_indigena.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cad. Pesqui.** [online], v. 34, n. 122, pp.411-423, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p.383–402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p383-402>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HONORATO, Tony. Infância, escola e desigualdade social no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria Ferreira; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Espaços alternativos de educação para o trabalho, formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 228-251, jul./dez. 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59581/1/2020_art_igfoliveiraamf teixeira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4651>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação** (PUCRS), v. 42, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33245>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politecnia universal. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 244-259, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Saberes da Juventude Amazônia:** um documentário sobre as experiências de jovens egressos da Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCd7rgjLXxU>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAUJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta didática para estudo de gênero-trabalho-poder na EPT.** Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho:** guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MEDEIROS, Milene Soares de; SANTOS, Elza Ferreira. **LGBT e trabalho:** uma jornada de conquista e liberdade. EduCAPES, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568184>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Aprisionados por promessas a escravidão contemporânea no campo brasileiro.** EduCAPES, [2006-2008]. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/489528>. Acesso em: 25 jan.2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar subsídios para a compreensão dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Profissional e Tecnológica articulada com a Educação de Jovens e Adultos e dos referenciais pedagógicos emancipatórios para a atuação docente nesse campo.

Ementa: O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinamentos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA-EPT.

Bibliografia básica:

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Andragogia: avanço pedagógico ou “pedagogia de resultados” na educação profissional de alunos adultos/trabalhadores?. **Educação em Revista**, v. 18, n. 36, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44949>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103-114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8978>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? REVEJ@ - **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em:

<https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Betty Oliveira; DUARTE, Newton. Alguns obstáculos crônicos da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, v. 5, n. 30, p. 1986. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1957>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. **PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Boletim 16, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes da; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 335–343, 2021. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento; SILVA, José Moisés Nunes da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no PROEJA-IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451–468, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16717>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SPESATTO, Marizete Bortolanza; ALMEIDA, Pamela de. Com o coração na mão! A avaliação e autoavaliação na educação de jovens e adultos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 6–27, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015006>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; EGGERT, Edla. Escola e mundo do trabalho: (des)encontro de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 197–208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9231>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O Proeja e a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017). **HOLOS**, [s. l.], v. 3, p. 289–302, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7024>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Maria José de Resende. A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v.2, n.1, p.77-86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MARTINS, Shênia Mineiro *et al.* **Caminhos por onde andei - EJA - Iramaia**. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6pdhMfES-Y>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas para a Permanência e Êxito
Discentes na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir os fatores da evasão e do abandono discentes na EPT brasileira, dentre eles os de ordem pedagógica, e como os professores dessa modalidade educacional podem contribuir para fazer face a tais problemas considerando as perspectivas das estratégias de permanência e de êxito para a emancipação dos alunos.

Ementa: Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.

Bibliografia básica:

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da. Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomidiático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva. *In*: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação:** o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 43-78.

Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Carlos Artur Carvalho; ARÊAS, Heise Cristine Aires. ENSAIO: luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. *In*: FREITAS, Marinaide; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Jailson Costa da; MARINHO, Paulo; TORRES, Andresso Marques. **Raízes**

investigativas II: a gramática da permanência na educação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em:

<https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/raizes-investigativas-ii-a-gramatica-da-permanencia-na-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Zora Yonara Torres; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Serviço Social, Educação Profissional e Questão Racial: os desafios do acesso e permanência. **Temporalis**, v. 20, n. 40, p. 268-283, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p268-283>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad Pesqui** [Internet], v. 41, n. 144, p.

770–89, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**. v.XXVI, n. 2, set. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Marcel Freire da; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Educação integrada e adoecimento estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 22, p. e11670, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A relação professor-aluno de uma perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; COSTA, Ana Maria Raiol da. O olhar do aluno-trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 127-137, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n1/1981-2582-reveduc-42-01-0127.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CAVALCANTE, Anne Victoria Castro de Moura; SILVA, Alessandro Carneiro da; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à universidade. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 13, p. 107-123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>.

Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, Porto,

n. 64., 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-ciie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIAS, Cláudia Helena Martins; GOMES, Mariana Sá Alcantara. O acolhimento de alunos no curso de pedagogia: reflexões e estratégias para uma experiência dialógica e inclusiva. **RevistAleph**, Niterói, v. 3, n.º 39, p. 109-127, dez. 2022.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/54670>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Fatores de permanência escolar no IFRN: um olhar sobre cursos PROEJA. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 133-152, 2016. Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.],v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos.

Avaliação da política de assistência estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central.

Cadernos de Educação UFPEL, n. 57, 2017. Disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5337>. Acesso

em: 20 jan. 2024.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; CALIXTO, Patrícia Mendes; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Acolhimento institucional e integração docente: articulação necessária ao início da docência na educação profissional no extremo oeste da Amazônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4 (Especial), p. 165-189, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.639>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro.

Boas Práticas: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT.** Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>.

Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para incluir:** o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado.**

Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de Prevenção à Evasão dos Estudantes dos Cursos Médio Técnico da Rede Federal de Ensino:** conhecer para permanecer.

Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Unidade Temática: A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir conceitos e formas de operacionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os motivos pelos quais ela deve ser implementada no trabalho pedagógico, dentre eles como estratégia para a formação contínua do docente da EPT e a ampliação do significado social dessa modalidade educacional.

Ementa: A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricos, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.

Bibliografia básica:

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16-35, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p.5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino com pesquisa na educação profissional e tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, v. 12, n. 29, p. 279-298, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640921>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. O papel da extensão na formação de estudantes do IFRN (*Campus Mossoró*): reflexões em torno de educação para a cidadania a partir de um estudo de caso. *In*: SANTOS, Simone Costa Andrade; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das Chagas; FERREIRA, Maria da Conceição; COSTA, Monteiro Leal (Orgs). **Educação e Sociedade**: formação profissional, educação a distância e tecnologias. São Luís, MA: IFMA, 2020, p. 225-262. Disponível em: [4.Educacao-e-Sociedade.pdf](#). Acesso em: 02 fev. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Márcia Maria Pereira de; CONCEIÇÃO, Gabriel Luís da. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino-pesquisa-extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 2-7044, 2022.

Disponível em:

<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARBEX, Quêren dos Passos Freire; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em:

<https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/?p=180>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. A EPT sob a metodologia da alternância: a experiência do IF Brasília - Campus Planaltina. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 71-87, 3 ago. 2016.

Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2199>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**,

v. 7 n. 1, Ed. Esp. 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 187-202, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão:** dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão:** um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada:** ensino, pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Esclarecer, sensibilizar e capacitar os cursistas à participação ativa e crítica nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino destinados ao desenvolvimento da EPT.

Ementa: A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. *In:* ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas em ensino integrado** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 7, 2014. Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 17, n.49, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições** [Internet], v. 30, p. e20170035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação & Sociedade**, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da "forma escola". **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, dez. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, p. 249-266, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Developmento.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Avaliação da aprendizagem profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 9, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Avaliacao-da-aprendizagem-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria; SANTOS, Manuela Tavares. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. **Revista**

Trabalho Necessário, v. 11, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8453>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAIMUNDO, Gislene Miotto Catolino. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC - Campus Caçador. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet], v. 36, n.99, p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente** – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHONS, Manuir; SOUZA, Maria José Carvalho de. Utilização das estratégias de ensino-aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Revista Dynamis**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 40-57, jan. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6754>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, v. 29, n.77, p. 313-331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v.27, n. 1, p. 186-202, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10581>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Mauricio. **Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis.** Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM.** Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno.; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT):** contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan.2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS : IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem carga horária de 60h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

- **Ementa:** Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo como/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nas Unidades Temáticas (TCC I, TCC II e TCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real esocialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Unidade Temática, o TCC será elaborado, nos três momentos distintos (TCC I, TCC II e TCC III), no formato das demais Unidades Temáticas, ou seja, com a mediação pedagógica do professor/a

formador/a e da tutoria.

No entanto, no início do Módulo 3, etapa de finalização do curso, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TCC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao provimento, para cada turma, de um professor formador e de tutores para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TCC) pelo cursista.

Antes da composição da banca para defesa do TCC, os artigos científicos produzidos individualmente pelos estudantes deverão ser submetidos a um pré-banca, que avaliará a possibilidade do TCC do estudante ir à banca de defesa.

Caso, a pré-banca considere que o TCC do estudante possui problemas, tais como: plágio, estruturação, inconsistência teórica e metodológica, ou ainda quanto aos resultados, revisão linguística e normalização de acordo com a ABNT, o TCC deverá sofrer os ajustes indicados pela pré-banca e só após a devolução do texto com os ajustes solicitados pela pré-banca no prazo definido, o estudante e seu orientador poderão compor a banca de defesa do TCC.

O TCC, depois de finalizado, será examinado por dois avaliadores, que deverão atribuir uma nota ou conceito, conforme na Resolução CONSUP/IFPE nº 67/2021.

O TCC incluindo-se a composição das bancas avaliadoras, a possibilidade de propriedade industrial no TCC, a emissão dos certificados e sua entrega, assim como a publicação no Repositório Institucional do IFPE, deverá atentar também para as orientações constantes na Resolução CONSUP IFPE nº 67 de 19 de fevereiro de 2021 que Aprova o novo Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE e revoga a Resolução Consup/IFPE nº 090/2013 e Resolução CONSUP IFPE nº 237/2024 que Aprova a alteração da Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021, a qual aprovou o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE.

8.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a

discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **15h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a da Unidade Temática (TCC1). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a

necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 15h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT

brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação (anexo I)**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.
- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 15h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se **(anexo I)**:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 30h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação) – **anexo II**. A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f. Conclusão.
- g. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, especialmente, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. A sua operacionalização, se dará por meio de um caderno digital, utilizando a ferramenta de ensino e aprendizagem denominada Wiki na qual o/a discente irá registrar individualmente, as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados são coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *latosensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incursa na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção

educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da docência na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Planode Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a **cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz**, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

9.1 Orientações práticas aos docentes

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões

teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da docência na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

9.2 Atendimento aos estudantes e orientação

A condução de todo o curso compõe-se de um conjunto de profissionais da educação agindo em diferentes níveis e atividades para garantir a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida, incluindo o atendimento as pessoas com deficiência, com

apoio do Napne e da Diretoria de Inclusão da PROEXT, da equipe multidisciplinar da DAE/Reitoria, do suporte Moodle/DEaD, além das coordenações. No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco ou dez curistas/as para cada docente orientador/a, ficando a critério da instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo 3, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (TCC1) e o Relatório de Formação (TCC2 e TCC3) serão acompanhadas pelo/a professor/a formador/a e pelos/as tutores/as, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas.

No entanto, no início do Módulo 3, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática do TCC 3, que terá um/a professor/a formador/a e os/as tutores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa CAPES nº 2/2017.

9.3 Acompanhamento dos/as docentes

A instituição ofertante deverá planejar a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

9.4 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do

Curso, aos/às professores/formadores/as, tutores/a, orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermidiáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, foram concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais foram indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

9.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de

contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes

acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

A avaliação da aprendizagem obedecerá às determinações do Regulamento de Organização Acadêmica Institucional (OAI): avaliação da aprendizagem deve sempre ter como referência o perfil profissional, os objetivos, além dos saberes de cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem visando à construção de saberes.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, constando no plano de ensino do componente curricular, estimulando o estudante à: pesquisa, reflexão e criatividade. As avaliações de cada componente curricular, podem constar de:

- observação da participação dos estudante pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- testes e provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento;
- planejamento e execução de projetos;
- elaboração de relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente;
- exercícios escritos e orais;
- estudos de casos;
- relato de experiências;
- produção de textos;
- execução de projetos;
- monografias e outros instrumentos que estejam definidos nos Planos de Ensino de cada componente curricular.

O resultado da soma das atividades avaliativas, bem como do Exame

Final de cada componente curricular deverá exprimir o grau de desempenho acadêmico dos estudantes, sendo expresso por nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando até a primeira casa decimal.

Caberá ao professor informar a seus estudantes o resultado de cada avaliação.

Será permitida segunda chamada para avaliação presencial, desde que requerida por meio do requerimento online no próprio Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, desde que comprovados os motivos expressos e atendidas as exigências do art. 145 da Organização Acadêmica.

O resultado das avaliações será calculado através de Média das Avaliações realizadas composta pelas Notas das Atividades Programadas a Distância (NAPD), que equivalem a 30% (trinta por cento), e a(s) Nota(s) da(s) Avaliação(ões) Presencial(ais) (NAP) que equivale(m) a 70% (setenta por cento), conforme expressa na equação abaixo:

$$\mathbf{MAR = NAPD + NAP}$$

onde:

MAR = Média das Avaliações Realizadas;

NAPD = Nota das Atividades Programadas a Distância;

NAP = Nota da Avaliação Presencial.

Ao longo do semestre intercalam-se atividades obrigatórias no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que totalizam 3,0 (três) pontos, sendo 1,0 (um) ponto destinado à participação do estudante no AVA. tais como: webconferência, leitura dos textos nos AVA, audiência dos vídeos, participação em fóruns e chats semanais, etc. Quanto à avaliação presencial, esta por sua vez totaliza 7,0 (sete) pontos, sendo 5,0 (cinco) pontos destinados à avaliação presencial e 2,0 (dois) pontos distribuídos nas atividades avaliativas presenciais desenvolvidas durante os encontros presenciais.

A avaliação do desempenho dos estudantes, para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados, dar-se-á mediante:

- cumprimento das atividades programadas à distância;

- realização de avaliações presenciais;
- obtenção de média mínima de 7,0 (sete).

Para ter direito a realizar a avaliação presencial, o estudante deverá ter participado de, no mínimo, uma atividade avaliativa semanal obrigatória no Ambiente Virtual de Aprendizagem, obtendo nota diferente de 0,0 (zero).

O estudante que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) em qualquer componente curricular será submetido a Exame Final, desde que possua média igual ou superior a 2,0.

A recuperação processual será aplicada para suprir as deficiências de aprendizado do estudante, tão logo elas sejam detectadas, durante o desenvolvimento do componente curricular, por meio de assistência dos professores e tutores, no ambiente virtual de aprendizagem, utilizado nesta modalidade de ensino.

A equipe docente deverá identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, reconhecendo quando necessitam de ajuda ou então quando a estratégia de ensino não corresponde ao seu perfil. Uma vez reconhecidas essas dificuldades, o docente deverá buscar novas estratégias de ensino que ajudem o estudante a superá-las.

A avaliação da aprendizagem é entendida como base da tomada de decisões do docente para adotar e/ou modificar suas posturas frente aos estudantes, fornecer ajuda, melhores explicações, exemplos e situações; aprofundar questões, proporcionar desafios, desenvolver episódios para a aprendizagem e, inclusive, considerar os estudantes apto frente às competências e habilidades trabalhadas.

Para efeito de registro da nota de cada componente, após serem aplicados os instrumentos e/ou procedimentos de avaliação durante os estudos de recuperação, prevalecerá a maior nota.

Para ter direito ao Exame Final, os estudantes deverão ter participação efetiva durante todo o processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares, bem como apresentar, no mínimo, média 2,0 (dois).

Serão considerados aprovados, após Exame Final, os estudantes cuja Média Final (MF), calculada de forma aritmética, for igual ou superior a 6,0

(seis), conforme expressão abaixo, em que:

$$MF = (MP + NEF)/2$$

MP = Média das Avaliações Realizadas;

NEF = Nota Exame final.

Os estudantes terão o direito de requerer, no Polo de Apoio Presencial, a revisão de instrumentos de avaliações, em até 03 (três) dias úteis após a divulgação do resultado.

A revisão de nota ou pontuação das atividades programadas a distância será feita pelo professor-formador, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após receber a solicitação dos estudantes.

A nota de cada revisão dos instrumentos avaliativos não poderá ser inferior à anterior.

Em caso de reprovação em até 3 (três) componentes curriculares, poderá se matricular no período/módulo/bloco seguinte após análise e deferimento do Colegiado de Curso, desde que não ultrapasse o período máximo de integralização do curso.

A oferta dos componentes em que o(a) estudante for considerado(a) reprovado(a) não será garantida, mas poderá ocorrer mediante disponibilidade da instituição.

A coordenação do curso poderá planejar a oferta de componentes curriculares para eventuais casos de reprovação de estudantes, desde que disponha das condições para fazê-lo, de acordo com as normas e organização da Diretoria de Educação a Distância e da UAB/CAPES.

9.6 Avaliação de aprendizagem no Ambiente Virtual de Aprendizagem

O modelo de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem (avaliação a distância) proposto pretende ajudar os estudantes a desenvolverem graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhes alcançar os objetivos propostos.

Para tanto, o processo de avaliação adotará um processo contínuo, para

verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

Serão adotados mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a avaliação a distância atenderá ao disposto no Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017), que estabelece que as avaliações, assim como tutorias, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas presencialmente na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional.

O ambiente virtual de aprendizagem será utilizado como forma de acompanhamento dos processos de aprendizagem individual e coletivo. O modelo de avaliação proposto tem como referência a concepção de aprendizagem baseada numa perspectiva interacionista-constructivista.

Nesse sentido, destacam-se como aspectos relevantes que subsidiam a construção da proposta de avaliação da aprendizagem no ambiente virtual:

- Apresentação de dados quantitativos referentes a acesso ao ambiente (controle de frequência);
- Apresentação de dados quantitativos em relação a contribuições em determinada ferramenta do ambiente (fórum, chat e outras), bem como possibilidades de visualização do texto postado/contribuição (dados qualitativos);
- Documentação do histórico de navegação individual, de forma a auxiliar os professores/tutores no acompanhamento do percurso individual dos estudantes, facilitando o processo de avaliação formativa e, também, possibilitando aos estudantes o registro do caminho percorrido;
- Possibilidade de fluxo navegacional entre as contribuições dos vários participantes, uma vez que se entende que a construção individual é permeada pelo coletivo;
- Visualização das trocas interindividuais que se constituem a partir de uma determinada contribuição, ou seja, o mapeamento das interações a partir de diferentes contextos de discussão.
- Portanto, serão adotados os critérios abaixo na avaliação da aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem que contribuirá com 30% do resultado final na avaliação somativa:
- Frequência e assiduidade (data e hora de acessos ao ambiente, data e

- hora de acessos a cada uma das ferramentas disponíveis no ambiente);
- Resultados das atividades avaliativas semanais obrigatórias online;
- Trabalhos publicados, tarefas realizadas, incluindo verificação de prazos de entrega;
- Mensagens trocadas entre os participantes de uma aula/componente.
- Dessa forma, a avaliação no ambiente virtual de aprendizagem será entendida a partir de 3 (três) perspectivas:
- Avaliação por meio de atividades semanais obrigatórias online;
- Avaliação da produção individual dos estudantes;
- Análise das interações entre estudantes, a partir de mensagens postadas/trocadas por meio das diversas ferramentas de comunicação.
- Assim o modelo de avaliação da aprendizagem proposto pretende, além de possibilitar aos professores o acompanhamento do processo de construção de conceitos/conhecimentos dos estudantes, também permite a eles tornarem-se conscientes de seu próprio processo de aprendizagem.

9.7 Monitoramento do Percorso dos Estudantes

É muito importante que ao longo das semanas letivas professores-formadores e tutores a distância produzam relatórios semanais para composição de um quadro de desempenho dos estudantes da turma.

9.8 Critérios de Correção das Atividades Avaliativas

Serão facultadas às equipes de professores e tutores a distância a escolha dos critérios de correção para as atividades avaliativas, expressando de forma clara a intenção dos instrumentos de avaliação a serem adotados em cada componente curricular, devendo apresentá-los previamente, por meio do Contrato Pedagógico, do Planejamento do Componente Curricular e, durante as orientações das atividades semanais no AVEA e na própria atividade avaliativa.

Os critérios de correção para as atividades avaliativas deverão ser expressos de forma clara e objetiva, assim como indicar as referências qualitativas e quantitativas, como a pontuação destinada a cada questão em um questionário e/ou referência qualitativa da produção de resenha de texto nos aspectos de clareza, objetividade, argumentação lógica, coesão e coerência, dentre outros.

10 INFRAESTRUTURA

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPECT e a Capes/UAB, tendo o Lantec-Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais a serem utilizados no curso, a infraestrutura digital e física disponível deve ser a que se descreve a seguir.

10.1 Infraestrutura digital

Sobre a infraestrutura digital, a instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

A Diretoria de Educação a Distância do IFPE fará a customização e o gerenciamento de seu próprio AVEA, o Moodle - <https://avea.ead.ifpe.edu.br/>, e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVEA, a DEaD/IFPE possui equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVEA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

10.2 Infraestrutura física - Instalações gerais e equipamentos

Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos - A coordenadoria do curso encontra-se localizada na sede em Recife e possui uma sala compartilhada, contendo 01 estação de trabalho equipada com computador e, gaveteiro. Essa estação de trabalho é destinada ao coordenador do curso. A DEaD dispõe, na sua sede, de salas e computadores exclusivos para os seguintes serviços acadêmicos: Coordenação de Gestão e Controle Acadêmico; Diplomação; Assessoria Pedagógica; Coordenação do Programa UAB, Cursos de Graduação e Especialização lato-sensu; Sala de Professores, Estúdio para a elaboração de material audiovisual; Serviço de Formação continuada e suporte ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem; Coordenação de Biblioteca, Coordenação de Estágio, Coordenação de Pesquisa e Extensão, Coordenação Financeira, Apoio aos colaboradores, transporte e emissão de diárias e passagens. Todos os serviços acadêmicos prestados pela Diretoria estão disponíveis para atendimento aos estudantes e professores de modo presencial, através da sede em Recife e, através do apoio dos coordenadores de polo e dos tutores presenciais, nas localidades onde o curso é ofertado. Bem como, através do Ambiente Virtual Ensino e Aprendizagem, em que os estudantes também podem ser atendidos em quaisquer dos serviços prestados. Por fim, cada polo EaD deverá possuir uma sala destinada à coordenação do polo, à secretaria do polo, à biblioteca física, laboratório de informática, auditório ou sala de reunião (opcional) e laboratório pedagógico quando couber, de acordo com as exigências da UAB para a infraestrutura necessária de atendimento aos cursistas nos polos EaD .

Salas multiuso - Destinadas a realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.

Laboratórios de Informática - Os Laboratórios de Informática dos polos EaD possuem computadores, com acesso à Internet e softwares específicos do curso.

10.3 Polos EaD

Os estudantes do curso poderão desenvolver seus estudos em um ambiente físico chamado de Polo EaD do Sistema UAB (POLO UAB) que será o local onde o estudante terá acesso local à biblioteca, laboratório de

informática (por exemplo, para acessar os materiais do curso disponíveis na Internet), receber atendimento presencial pela equipe da DEaD, participar dos encontros presenciais. Em síntese, o polo é o braço “operacional” da instituição de ensino na cidade do estudante ou mais próxima dele. Seu objetivo é criar as condições para a permanência do estudante no curso, criando um vínculo mais próximo com a Instituição de Ensino, valorizando a expansão, interiorização e regionalização da oferta do ensino público e gratuito.

Os Polos UAB do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica são 07(sete), sendo eles: (Águas Belas; Arcoverde; Carpina; Gravatá; Jaboatão dos Guararapes. Pesqueira; Santa Cruz do Capibaribe).

Os polos dispõem da seguinte estrutura: salas de aula com capacidade para 50 (cinquenta) estudantes. Todas as salas são ventiladas, possuem uma boa iluminação e cuidados com limpeza. Todos os polos possuem projetores multimídia, caixas de som amplificadas. Neles, há disponibilidade de acesso à internet, uma sala exclusiva destinada à coordenação do polo, uma sala destinada à secretaria, uma sala de tutoria em ambiente climatizado com computadores com o Suite de Escritório, impressora, copiadora e scanner. Dispõe ainda de salas de aula e laboratórios de informática e sala para a tutoria, além de bibliotecas e auditórios. Eles funcionam pela manhã, à tarde e à noite, em horários variados, a depender da necessidade do curso.

Ao longo do curso, no mínimo, 10 (dez) atividades presenciais acontecerão nos polos. As avaliações e demais atividades presenciais serão acompanhadas pelo coordenador de polo, tutor presencial e tutor a distância. Portanto, cada polo deve ter condições de acomodar as turmas de até 40 alunos, disponibilizando computadores e acesso à Internet, além das condições básicas para as atividades letivas, como sala de aula, banheiros etc.

10.4 Biblioteca

Cada polo EaD conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para

estudos e pesquisa. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma de educação a distância. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade temática. Todo o material didático será disponibilizado em formato digital no AVEA, podendo ser impresso a critério do estudante.

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

Ao final do curso, a Coordenação providenciará formulário eletrônico de avaliação a ser preenchido pelos estudantes, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso estas aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações de disciplina e avaliação final do curso.

Além dessas modalidades avaliativas, a coordenação do curso juntamente com a Assessoria Pedagógica (ASPE) da DEaD/IFPE realizará ao final de cada etapa letiva a reunião de avaliação dos componentes curriculares, com a participação dos professores formadores, para levantamento do aproveitamento dos estudantes relativos ao êxito e permanência, tais como: desempenho alcançado, evasão e repetência, assim como suas razões para que seja possível a Gestão da DEaD: Diretor Geral, Coordenadores Geral e adjunto UAB promover ações de melhoria com base nos resultados das avaliações.

Ao final de cada semestre letivo, os resultados das avaliações serão apresentados pelo coordenador do curso, por meio de relatório sintético, a Direção Geral da DEaD e Coordenação Geral e Adjunto da UAB no IFPE.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq) estabelecerá os critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu, com vistas à recomendação ou à restrição da oferta de novas turmas.

No processo de avaliação dos cursos de pós-graduação lato sensu será considerada a análise sistemática dos dados disponibilizados no sistema de acompanhamento acadêmico do IFPE, indicando a possível manutenção, suspensão ou finalização da sua oferta regular.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFPE também incluirá, quando couber em atendimento à Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004) e aos instrumentos de avaliação institucional do INEP/MEC estudantes e docentes nos processo de avaliação institucional interna realizado pela comissão.

12 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe encarregada da implementação do curso será formada por profissionais cujas funções e seleção obedecem às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, na Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017, e na Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019, e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir as normativas internas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Para a execução desta proposta, a equipe multidisciplinar será selecionada pela própria instituição. O corpo docente e o coordenador do curso serão selecionados por critérios da própria instituição, em acordo com as normativas nacionais vigentes, inclusive da CAPES/UAB.

O curso conta com a estrutura e o apoio da equipe da DEaD e com profissionais que serão selecionados, como professor-formador e professor-tutor. Para tanto, a formação continuada em EaD será fundamental, bem como as articulações e o apoio da Coordenação Geral e Adjunta da UAB, possibilitando que todos os polos funcionem com otimização dos recursos humanos necessários ao melhor andamento das atividades.

O Quadro 5 detalha os atores e a descrição das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas.

Quadro 5 - Papéis necessários para o desenvolvimento da proposta

Bolsistas	Áreas de atuação e atividades no projeto
Coordenador de polo	Coordena a equipe do polo EaD e realiza a gestão administrativa e pedagógica do polo.
Coordenador de Curso	Coordena a gestão acadêmica e administrativa do curso e a equipe de docentes e tutores com o apoio da equipe multidisciplinar da DEaD. Atende aos discentes em suas demandas relativas a sua vida acadêmica.
Coordenador de Tutoria	Coordenação de um grupo de tutores a distância, acompanhamento das atividades acadêmicas do curso no ambiente virtual, bem como o acesso e mediação realizada pelos tutores no ambiente virtual, repassando estas informações aos professores-formadores e coordenador de curso. Informar para o coordenador do curso mensalmente qual a relação de atividades realizadas pelos professores-mediadores. Será responsável, também, por informes e contato dos professores-mediadores com a equipe de

	coordenação do curso. Executar atividades correlatas.
Especialista em Moodle	Gestão do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, da estrutura computacional e de rede do projeto. Executar atividades correlatas.
Orientador de Trabalho de Conclusão de Curso	Orientação e acompanhamento dos alunos em suas pesquisas e participação na banca de defesa do trabalho final de curso. Executar atividades correlatas.
Professor-Formador	Elaborar conteúdos, sejam virtuais ou impressos, além da construção/ escolha dos recursos para a sua sala virtual. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografias para a linguagem da modalidade a distância e para pessoas com deficiência. Definir o sistema de avaliação dos alunos. Acompanhar as atividades pedagógicas dos professores-mediadores e estudantes. Atuar de forma gerencial, no acompanhamento da execução da disciplina, monitorando o trabalho dos professores-mediadores e a correção das atividades avaliativas.
Tutor a distância	Acompanhar todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. Interagir com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades.
Tutor presencial	Acompanhar, dar suporte administrativo, orientar sobre a utilização do AVA e sobre as normas institucionais os estudantes nos polos de apoio presencial sendo intermediador entre o estudante e a instituição. Acompanhar o professor-formador/tutor a distância durante os encontros presenciais no polo de apoio presencial.

12.1 Coordenação Geral de Controle Acadêmico - CGCA

As atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar; à realização de matrículas e à solicitação de diplomas; à organização de documentos da gestão escolar; ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional, pedagógica e diplomação.

12.2 Corpo Docente

O corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/as tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar

e de suporte tecnológico e logístico.

- O/A **professor/a formador/a** é o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de ensino e aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.
- O/A **professor/a orientador/a** de TCC é responsável pela consolidação e pelo acompanhamento da produção do Relatório de Formação de curso no início do Módulo 3 até ao seu exame e aprovação.

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#),

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

O corpo docente do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica será constituído por meio de processo seletivo para o desenvolvimento das atribuições de professor(a)-formador(a), tutor(a) a distância e orientador(a) de TCC, atendendo aos requisitos propostos nos respectivos editais.

Com o intuito de formar uma equipe docente com experiência e habilitação específica para a Docência em EPT, aponta-se critérios fundantes que nortearão a seleção do corpo docente mediante tais perfis exigidos (professor(a), tutor(a) e orientador(a)): Qualquer graduação + pós-graduação *stricto sensu* em Educação

+ 1 (um) ano no magistério do ensino superior. Além desses há outros critérios definidos no edital em respeito as normativas CAPES/UAB.

Na DEaD/IFPE, o corpo docente será composto por:

Quadro 6 - Corpo docente do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Atuação docente	Nome	Titulação	Link currículo Lattes
Formador/a	à selecionar		
Formador/a	à selecionar		
Formador/a	à selecionar		
Orientador/a	à selecionar		
Orientador/a	à selecionar		
Orientador/a	à selecionar		

Os tutores e tutoras a distância e presenciais, as equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

- O/a **tutor/a a distância** deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.
- O/a **tutor/a presencial** não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico motivacional aos estudantes.

Quadro 7 - Equipe de tutoria do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Atuação na equipe de tutoria	Nome	Titulação	Link currículo Lattes
A distância	à selecionar		
A distância	à selecionar		
A distância	à selecionar		
Presencial	à selecionar		
Presencial	à selecionar		
Presencial	à selecionar		

As equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às professores/as formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

- **Equipe multidisciplinar:** composta por diferentes profissionais, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.

Quadro 8 - Equipe multidisciplinar do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Atuação na equipe multidisciplinar	Nome	Titulação
Secretaria Escolar - CGCA	Aldo Luiz Silva Queiroz	Especialização
Diplomação	Djalma da Cunha Gonzaga	Graduação
Auxiliar de Biblioteca	Fabia Goncalves de Melo Torres	Graduação

Bibliotecario-Documentalista	Graziella da Silva Moura	Mestrado
Assessoria Pedagógica	Jackeline Ewen Apolinário Lira	Especialização
Gestão	José Severino Bento da Silva	Doutorado
Estágio e Estudos Curriculares	Karla Epiphania Lins de Gois	Doutorado
Coord. Tutoria	Maria Luiza Bastos	Pós-Doc
Apoio Secretaria Escolar - CGCA	Marcio Martins	Doutorado
Assessoria Pedagógica	Natália Tibéria Santana	Mestrado
Apoio Pedagógico	Raquel Costa Antas	Mestrado
Apoio Secretaria Escolar - CGCA	Rodolfo Lourenço Godoy	Graduação
Assessoria Pedagógica	Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos	Doutorado

- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

Quadro 9 - Equipe de apoio tecnológico e de logística do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Atuação na equipe de apoio tecnológico e de logística	Nome	Titulação
Apoio Transportes e Colaboradores	Emmanuella Silva da Costa	Especialização
Produção Audiovisual	João Augusto Figueiredo Dias do Prado	Graduação
Suporte Moodle e TI	Jefferson Carvalho dos Prazeres Filho	Graduação
Apoio Diárias e Passagens	Jenifer Teixeira de Holanda	Mestrado
Suporte Moodle e TI	Rafael Batista Valeriano	Graduação
Suporte Moodle e TI	Ricardo Dantas de Oliveira	Graduação
Produção Audiovisual	Thiago Ribeiro Hora	Graduação

12.3 Coordenador de Curso

As atividades da Coordenadoria de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

O curso será coordenado por pessoa devidamente selecionada que contemple os requisitos para constituição do corpo docente e apresente experiência na área em questão. A coordenação acompanhará os docentes e tutores na articulação dos componentes curriculares, estrutura e funcionamento da plataforma Moodle, com o apoio da equipe multidisciplinar da DEaD. Os professores e a coordenação terão encontros quinzenais para discutir o processo de ensino e de aprendizagem, bem como para atender às necessidades demandadas pelos cursistas, de acordo com cronograma previamente agendado e disponível no AVEA.

Quadro 10 – Dados do Coordenador do Curso

Nome da coordenador(a)	Manoel Pergentino dos Santos Filho
Regime de trabalho	20 h (bolsista)
CH semanal dedicada à coordenação	20 h
Tempo de exercício na IES	3 meses
Tempo de exercício na coordenação do curso	3 meses
Formação	Licenciatura em Pedagogia
Titulação (nome do curso/área concentração/IES/ano, conceito Capes)	Mestre em Educação - Mestrado Ciência da Educação. Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias- Portugal/Formação de Professores/
Grupos de pesquisa em que atua	Grupo de pesquisa formação de professores e Educação Profissional
Linhas de pesquisa em que atua	Formação de Professores e Educação Profissional
Experiência profissional na área	38 anos
Experiência no magistério superior	22 anos
Experiência em gestão acadêmica	12 anos
Contato (e-mail)	coord.esp.ept@ead.ifpe.edu.br

12.4 Formação de formadores e equipes locais

Todos os/as profissionais do curso serão selecionados por edital, em acordo com o que prevê a Resolução CONSUP/IPFE nº 237/2024, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso. Tal preparação contemplará, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

A qualificação dos docentes será viabilizada mediante a implementação de um plano de formação continuada de docentes, tutores e técnicos administrativos destinado a proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento institucional em educação a distância (EaD). A constante formação profissional das pessoas que integram a equipe de EaD é de fundamental importância para a sobrevivência de qualquer projeto ligado a essa modalidade, seja de formação inicial, seja de formação continuada de servidores e colaboradores.

De um lado, essa qualificação permitirá a otimização dos serviços de EaD oferecidos pelo IFPE; de outro, proporcionará o crescimento pessoal dos servidores e colaboradores que trabalham na área, sendo um fator imprescindível para a sua autorrealização.

As atividades a serem desenvolvidas serão dos seguintes tipos: cursos presenciais ou a distância; treinamentos específicos ou em serviço; intercâmbios ou visitas técnicas; seminários e congressos que contribuam para atualização permanente dos profissionais e cursos de pós-graduação.

Os professores-formadores, professores-orientadores, tutores a distância, assim como a equipe multidisciplinar, ao ingressarem na DEaD, deverão participar de um curso inicial, constando de formação no Ambiente Virtual de

Ensino e Aprendizagem Moodle e Formação Pedagógica.

Outras ações de formação incluirão também para os coordenadores de polo e tutores presenciais.

12.5 Colegiado

Cada Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa da instituição ofertante, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

Na DEaD/IFPE, o Colegiado será composto por todos os professores formadores integrantes do curso, e deverá ser criado o colegiado do curso de Especialização em Docência na EPT, de acordo com a Resolução CONSUP nº 67/2021 (IFPE, 2021), que funcionará como um órgão deliberativo/consultivo que tratará de questões acadêmicas relativas ao curso. Em sua composição, figurarão os seguintes membros:

- o(a) coordenador(a) do curso de pós-graduação *lato sensu*;
- (três) representantes do corpo docente do curso de pós-graduação *lato sensu*, sendo um deles suplente;
- (dois) representantes do corpo discente que estejam regularmente matriculados no curso, sendo um deles suplente;
- 1 (um(a)) pedagogo(a) ou, alternativamente, um(a) Técnico/a em Assuntos Educacionais que tenha formação em pedagogia, designado(a) pela Direção-Geral da Diretoria de Educação a Distância (DEaD).
- Entre as atribuições do Colegiado, estão:
- atualizar o perfil profissional e a proposta pedagógica do programa;
- elaborar, acompanhar e, quando for o caso, reformular o regimento do curso de pós-graduação *lato sensu*, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- elaborar, analisar e avaliar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e propor alterações, quando necessário;
- analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações, quando necessário;
- deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para a conclusão do curso e sobre as solicitações de equivalência de componentes curriculares ou processos afins, quando necessário;

- avaliar as questões de ordem disciplinar ocorridas em turmas do curso;
- designar os docentes que atuarão como orientadores dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e tomar outras providências para esse fim;
- deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do(a) coordenador(a) do curso;
- promover regularmente a autoavaliação do curso, com a participação de docentes e discentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEB_N62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em:

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwerIdentificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em:

<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a**

Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CONSUP/IFPE. **Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021**, que aprova o novo Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE e revoga a Resolução Consup/IFPE nº 090/2013.

CONSUP/IFPE. **Resolução CONSUP nº 237 de 8 de abril de 2024**, que aprova a alteração da Resolução nº 67 de 19 de fevereiro de 2021, a qual aprovou o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFPE.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo:** mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana> . Acesso em: 09 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, 2017, p. 27-49. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/35>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ANEXOS

Anexo I – Plano de Formação

Primeiro Momento (TCC I - 15h):

Após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve **problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos**, propõe-se a **elaboração do Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**.

Segundo Momento (TCC II - 15h):

Acontecerá **após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico** com o propósito de **elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído** e, se necessário, **revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas**.

Esse **Plano de Formação** será composto pelas seguintes seções:

PLANO DE FORMAÇÃO	
a. Dados do Proponente	
	Nome do/a discente: Unidade Acadêmica: campus
	Curso(s) em que atua/forma de oferta e modalidade (subsequente, integrado, PROEJA – EaD ou Presencial)
	Formação Acadêmica: Componentes Curriculares que ministra:
b. Breve descrição do tema a ser tratado.	
c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.	
d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma "questão central e	

orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso, todo o **Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo.** Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua **relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.**

e. Definição de objetivos.

f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

g. Inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído. (TCC II)

Referências – Inclua neste espaço todas as fontes utilizadas na construção do texto em acordo com as normas ABNT

Anexos – Inclua neste espaço todos os materiais coletados na unidade acadêmica objeto de investigação e que contribuíram para o desenvolvimento do seu TCC

Apêndices – Inclua neste espaço os materiais produzidos por vocês durante o desenvolvimento do seu TCC (roteiro de entrevistas, questionários, etc)

Local/UF, Data

Nome Completo

Assinatura

Anexo II – Relatório de Formação

Terceiro Momento (TCC III - 30h):

Concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (**Relatório de Formação**). A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

RELATÓRIO DE FORMAÇÃO
Dados do Proponente
Nome do/a discente: Objeto da Análise: Ensino, pesquisa, Extensão, Inovação, Permanência e êxito, outro relacionado a EPT de nível médio. Unidade Acadêmica: campus
Curso(s) objeto da investigação - forma de oferta e modalidade (subsequente, integrado, PROEJA – EaD ou Presencial) Componentes Curriculares objeto de intervenção (se houver)
Título
Resumo
Sumário
Introdução
Referencial Teórico
Metodologia
Análise e discussão dos dados
Conclusão
Plano de Ação ou Indicações práticas

Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes
Anexos – Inclua neste espaço todos os materiais coletados na unidade acadêmica objeto de investigação e que contribuíram para o desenvolvimento do seu TCC
Apêndices – Inclua neste espaço os materiais produzidos por vocês durante o desenvolvimento do seu TCC (roteiro de entrevistas, questionários, etc)

Local/UF, Data

Nome Completo

APÊNDICE - Títulos adotados no PPC de EPT (ano de referência 2020)

Disciplina	Livro – Bibliografia Básica	Livro – Bibliografia Complementar
Ambientação em Educação a Distância	MESQUITA, Deleni; PIVA JR., Dilermando; GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem: Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.	Fazenda, Ivani C. A. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro. São Paulo: Loyola, 2011.
Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.	Fazenda, Ivani C. A. Técnicas de ensino: Por que não? São Paulo: Papirus, 2011.
Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.	Bender, Willian N. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.
Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013.	Ribeiro, Luis Roberto de Camargo. Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior. Santa Catarina: Ed. UFSCAR, 2010.
Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015.	Hernández, Fernando. A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 2017.
Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica	MOORE. Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.	DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2015.
Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.	SOUSA, Ivan Vale de. Sequências Didáticas no Ensino de Línguas: Experiências, Reflexões e Propostas. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
Trabalho Final de Curso - Projeto de Intervenção na Prática Docente	PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e	

	prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.	
Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	BENDER, William N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.	
Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.	
Trabalho Final de Curso - Projeto de Intervenção na Prática Docente	THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005	

Fonte: Biblioteca DEaD, 2020